



Número: **0809695-64.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDINALDO SOARES DA FONSECA (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28256553	13/02/2020 11:51	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
28256556	13/02/2020 11:51	<a href="#">EDINALDO SOARES DA FONSECA B.O DOCS.</a>	Documento de Comprovação
28256561	13/02/2020 11:51	<a href="#">EDINALDO SOARES DA FONSECA docS</a>	Documento de Comprovação
28256563	13/02/2020 11:51	<a href="#">INICIAL EDINALDO SOARES DA FONSECA PDF</a>	Documento de Comprovação
28261214	13/02/2020 13:30	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
28261681	14/02/2020 12:32	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
28471734	20/02/2020 12:44	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
28788452	04/03/2020 18:07	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
28788458	04/03/2020 18:07	<a href="#">bradesco 64</a>	Devolução de Mandado

ANEXOS.





POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)  
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



**DADOS DO ACIDENTE**

Nº BOAT <b>0662 - 2019</b>	Responsável pelo Levantamento do Acidente: <b>SERGIO CAVALCANTI DA ROCHA</b>	Posto/Graduação: <b>CB /PM</b>			
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: <b>PB - 004</b>	Hora <b>16:30</b>	Bairro <b>Zona Rural</b>	Município: <b>Cruz do E. Santo</b>	U F <b>PB</b>	
Data da Ocorrência <b>13/09/2019</b>	Dia da Semana <b>sexta-feira</b>	C/S Vítima (QT) <b>Com 01</b>	Tipo de Acidente <b>Col. Frontal</b>	Tipo de pavimento <b>Asfalto</b>	Condições da Pista <b>Seca</b>
Condições do Tempo <b>Bom</b>	Envolvidos no acidente (Quantidade) <b>02 veículos</b>	Controle do tráfego <b>Pista simples sentido duplo</b>			

**CONDUTOR 01**

Nome <b>Fábio Silva Evangelista</b>	Sexo <b>Masculino</b>	Nascimento <b>21/04/1982</b>	RG <b>6495693-PE</b>				
Endereço <b>Rua Argemiro Figueiredo, 525 Nova Brasília Sapé PB - Tel. (083) 9991731110</b>							
1ª Habilitação <b>14/05/2008</b>	Categoria <b>AB</b>	Registro CNH N.º <b>04360624503</b>	U.F. <b>PE</b>	Ex.méd./Dia <b>Sim</b>	Data Vencimento <b>22/08/2022</b>	Usava cinto <b>-</b>	Usava Capacete <b>-</b>
Exame de Embriaguez Alcoólica <b>Não Realizado</b>			Destino do Condutor <b>Permaneceu no local</b>				

**VEÍCULO 01**

Marca/Modelo <b>CHEVROLET/ONIX</b>	Espécie <b>Automóvel</b>	Placa <b>QFT 9919</b>	Categoria <b>Particular</b>	Município <b>SAPÉ</b>	U.F. <b>PB</b>
Nome do Proprietário <b>Fábio Silva Evangelista</b>					
Seguradora <b>DPVAT</b>	Bilhete N.º <b>014355214512</b>	Renavan N.º <b>01070849135</b>	Data da Emissão <b>14/12/2018</b>		
Condições do Veículo Antes do Acidente <b>Nada constatado</b>					

**VERSÃO DO CONDUTOR 01**

Condutor declarou que: trafegava na faixa da direita no sentido Cruz do Espírito Santo/Sapé, quando foi surpreendido pelo V2 que tentou ultrapassar outro veículo e invadiu a faixa contrária, colidindo de frente com o V1.

**CONDUTOR 02**

Nome <b>Ednaldo Soares da Fonseca</b>	Sexo <b>Masculino</b>	Nascimento <b>22/08/1977</b>	RG <b>283484421</b>				
Endereço <b>Sítio Massangana-I, S/N Cruz do Espírito Santo PB</b>							
1ª Habilitação <b>28/03/2001</b>	Categoria <b>AB</b>	Registro CNH N.º <b>01740501483</b>	U.F. <b>SP</b>	Ex.méd./Dia <b>Sim</b>	Data Vencimento <b>20/07/2023</b>	Usava cinto <b>-</b>	Usava Capacete <b>-</b>
Exame de Embriaguez Alcoólica <b>Não Realizado</b>			Destino do Condutor <b>Socorrido ao Hospital de Trauma</b>				

**VEÍCULO 02**


Marca/Modelo <b>YAMAHA/XTZ</b>	Espécie <b>Motocicleta</b>	Placa <b>KJR 0456</b>	Categoria <b>Particular</b>	Município <b>João Pessoa</b>	U.F. <b>PB</b>
Nome do Proprietário <b>Ednaldo soares da fonseca</b>					
Seguradora <b>DPVAT</b>	Bilhete N.º <b>015099838174</b>	Renavan N.º <b>00978665899</b>	Data da Emissão <b>13/08/2019</b>		
Condições do Veículo Antes do Acidente <b>Nada constatado</b>					

**VERSÃO DO CONDUTOR 02**

Condutor foi ouvido na sala do setor de BOAT do BPTRAN no dia 03/10/2019 as 12:40 horas e declarou que: Trafegava na Via A na faixa da direita no sentido Sapé/Cruz do Espírito Santo, quando deparou-se com um terceiro veículo (que não identificou) que freou de repente, no momento tentou desviar do mesmo, indo de encontro ao V1.

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
Cópia de Conformidade com o Original  
EM: 16/10/19  
SILVIA  
ASSINATURA



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT Nº0662 - 2019			
VÍTIMA 01			
Nome <b>Ednaldo Soares da Fonseca</b>	Sexo <b>Masculino</b>	Nascimento <b>22/08/1977</b>	Viajava no Veículo Nº <b>02</b>
Endereço <b>Sítio Massangana-I, S/N Cruz do Espírito Santo PB</b>			
Condição da Vítima <b>Condutor</b>	Conduzida Para <b>Hospital de Trauma</b>	Usava Cinto	Usava Capacete
CONSTATADO			
<p>Constatado quando do levantamento que: Não existe sinalização de trânsito próximo ao Sinistro, e o acidente se deu em uma reta. O C2 foi socorrido para Hospital de Trauma e V2 removido ao pátio do BPTran para complemento do BOAT. O C1 e V1 foi liberado no local e não foi possível realizar o teste do etilômetro; O C2 não apresentava a CNH e não foi possível realizar a consulta e nem coletar maiores dados.</p> <p>João Pessoa – PB, 19 de setembro de 2019.</p>			
<p style="text-align: center;">             Sérgio Cavalcanti da Rocha CBPM            Responsável pelo Levantamento         </p>			

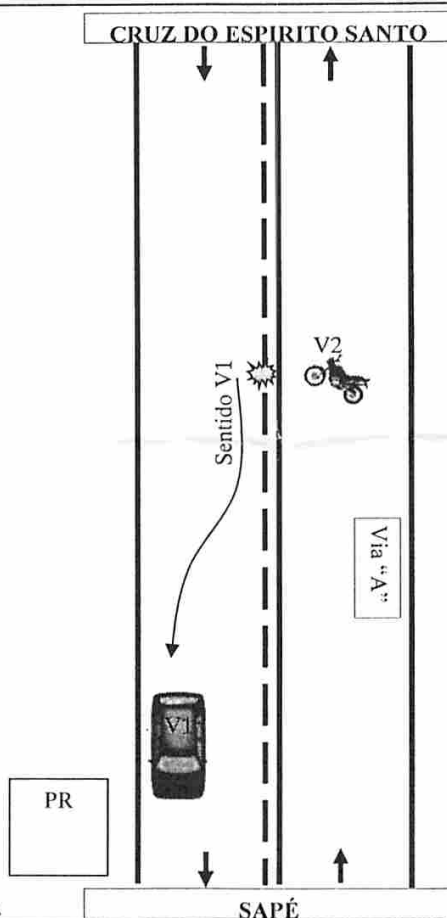
BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOV.  
 Cópia de Conformidade com o Original  
 EM: 16/10/19  
 SGT. DASILVA  
 ASSINATURA





## AMARRAÇÕES

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 00.00 e Traseiro Direito 00.00 metros para (PA)  
V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 03.60 e Traseiro Direito 01.90 metros para (PA)



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

## AVARIAS



V2

Sérgio Cavalcanti da Rocha Cb PM  
Responsável pelo Levantamento

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
Cópia de Conformidade com o Original  
EM: 16 / 10 / 19  
SOTIRIA SILVA  
ASSINATURA

EM BRANCO

EM BRANCO





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)  
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº0662 /2019

DANOS NO V1

Marca/Modelo: **CHEVROLET/ONIX** Placa: **QFT 9919** Responsável pelo Preenchimento: **CB CAVALCANTI** Data: **13/09/2019**

AUTOMÓVEL, CAMIONETA OU CAMINHONETE

PEÇAS ESTRUTURAIS/SEGURANÇA PASSIVA AVARIADAS NO ACIDENTE

Item	Nome da Peça	Avaliação			Item	Nome da Peça	Avaliação		
		Sim	Não	NA			Sim	Não	NA
01	Painel corta-fogo		X		12	Longarina traseira esquerda		X	
02	Longarina dianteira esquerda		X		13	Assoalho porta malas ou caçamba		X	
03	Caixa de roda dianteira esquerda		X		14	Longarina traseira direita		X	
04	Estrutura da soleira esquerda		X		15	Caixa de roda traseira direita		X	
05	Air Bags frontais		X		16	Estrutura da coluna traseira direita		X	
06	Air Bags laterais		X		17	Estrutura da soleira direita		X	
07	Estrutura da coluna dianteira esquerda		X		18	Estrutura da coluna central direita		X	
08	Estrutura da coluna central esquerda		X		19	Estrutura da coluna dianteira direita		X	
09	Estrutura da coluna traseira esquerda		X		20	Assoalho central direito		X	
10	Caixa de roda traseira esquerda		X		21	Caixa de roda dianteira direita		X	
11	Assoalho central esquerdo		X		22	Longarina dianteira direita		X	
Total Geral (Sim + NA)							00		

Observações: DANO DE PEQUENA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais/seg. pass. danificadas de 0 a 1 -> DANO DE PEQUENA MONTA

Quantidade de peças estruturais/seg. pass. danificadas de 2 a 6 -> DANO DE MÉDIA MONTA

Quantidade de peças estruturais/seg. pass. danificadas > 6 -> DANO DE GRANDE MONTA

DANOS NO V2

Marca/Modelo: **YAMAHA/XTZ** Placa: **KJR 0456** Responsável pelo Preenchimento: **CB CAVALCANTI** Data: **13/09/2019**

MOTOCICLETA

PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE

Item	Nome da Peça	Avaliação			Item	Nome da Peça	Avaliação		
		Sim	Não	NA			Sim	Não	NA
01	Garfo dianteiro		X		05	Chassi	X		
02	Mesa superior da suspensão dianteira		X		06	Garfo traseiro		X	
03	Mesa inferior da suspensão dianteira		X		07	Eixo traseiro (triciclos)		X	
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA)			01	

Observações: DANO DE MÉDIA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais danificadas = 0 -> DANO DE PEQUENA MONTA

Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4 -> DANO DE MÉDIA MONTA

Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4 -> DANO DE GRANDE MONTA

João Pessoa – PB, 19 de setembro de 2019.

Sérgio Cavalcanti da Rocha CBPM  
Responsável pelo Levantamento

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
Cópia de Conformidade com o Original  
EM: 16/10/19  
SÉRGIO DA SILVA  
ASSINATURA



EM BRANCO

EM BRANCO





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)  
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0662/ 2019

FOTOS DO V2

FRENTE (V2)



TRASEIRA (V2)



LATERAL DIREITA (V2)



LATERAL ESQUERDA (V2)



BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
Cópia de Conformidade com o Original  
EM: 16/10/19  
SGT. DA SILVA  
ASSINATURA

3

Sérgio Cavalcanti da Rocha Cb PM  
Responsável pelo Levantamento





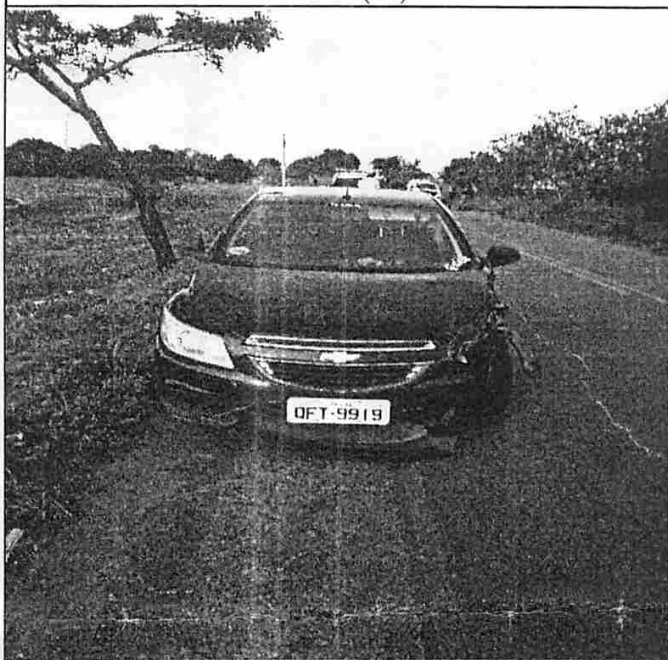
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)  
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



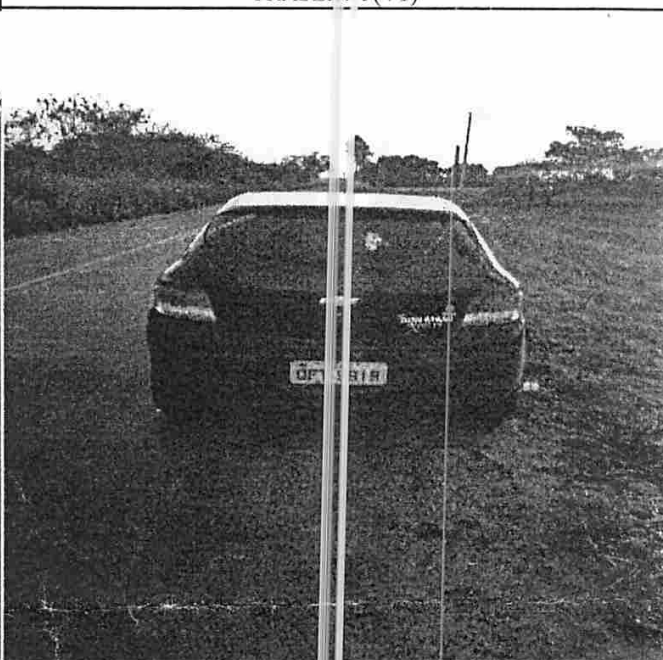
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0662/2019

FOTOS DO V1

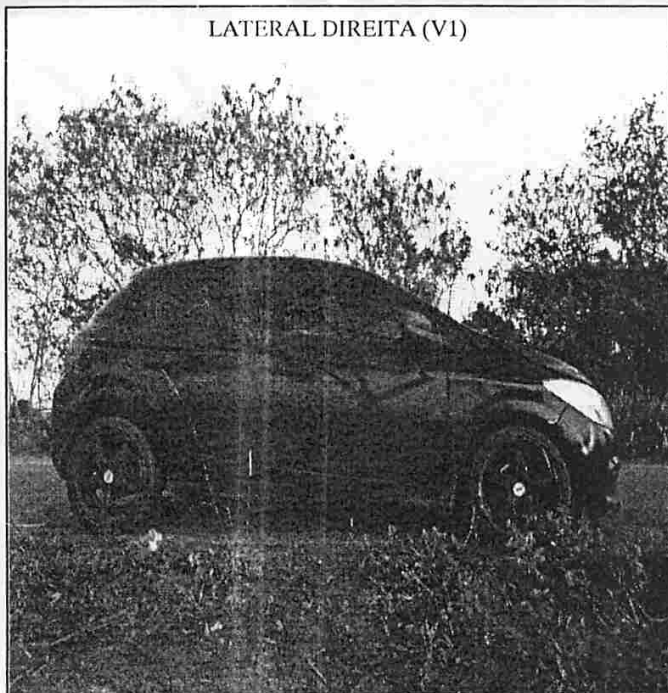
FRENTE (V1)



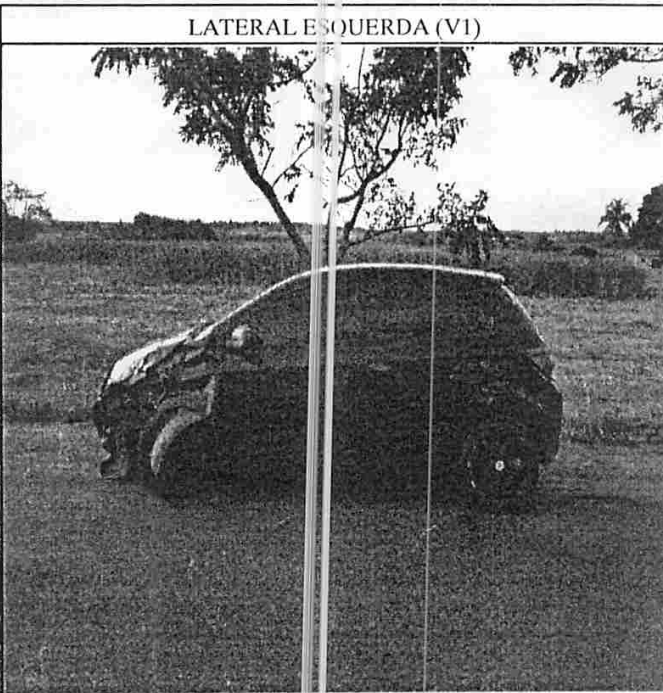
TRASEIRA (V1)



LATERAL DIREITA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)



BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 16/10/19  
SOTYASILVA  
ASSINATURA

2

Sérgio Carlos da Rocha Cb PM  
Responsável pelo Levantamento



## Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06 - Mangabeira, João Pessoa/PB  
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

### PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Edinaldo Soares da Fonseca TELEFONE 98110-2039 + 98187-1179  
ESTADO CIVIL casado PROFISSÃO Operador de Máquina  
CPF 072.812.868-56 RG 283484421 ENDEREÇO R. MASSANGANA  
S/N - AREA RURAL, CEP 58337000 - CRUZ DO ESPÍRITO SANTO

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438 e MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA OAB/PB 17.295** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

### GRATUIDADE JUDICIÁRIA


**Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.**

JOÃO PESSOA, 11 de FEVEREIRO de 2020

(OUTORGANTE) X Edinaldo Soares da Fonseca






**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO  
 CARTERA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 EDINALDO SOARES DA FONSECA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
 283484421 SSP SP

CPF  
 272.812.868-56

DATA NASCIMENTO  
 22/08/1977

FILIAÇÃO  
 LUIZ ALVES DA FONSECA  
 ALIETE VICENTE SOARES

PERMISSÃO ACC CATAB

Nº REGISTRO VALIDEZ 1ª HABILITAÇÃO  
 28/03/2001

OBSERVAÇÕES

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
 1660518036

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
 JOÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO  
 20/07/2018

ASSINATURA DO EMISSOR  
 85311839710  
 PB037232401

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 1660518036

PARAÍBA



EDDO SOARES DA FONSECA  
MASSANGANA, S/N - AREA RURAL  
CRUZ DO ESPIRITO SANTO / PE CEP: 55337000 (AG: 51)



Ligação MONOFÁSICO  
Cis/Sec RES MT C B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA  
Roteiro: 3-55-557-3332 Referência: Set / 2019  
Medidor: 00001302142 Emissão: 08/09/2019

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
B-1230, Km 25 - Cid. Residencial, João Pessoa / PB - CEP 55071-890  
CNPJ 08.086.193/0001-40 Ins. Est. 15.015.522-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 030.667.499  
Cód. para Gê. Automático: 00017347535

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RAN
Set / 2019	06/09/2019	08/10/2019	272.812.969-56

UC (Unidade Consumidora): 5/1734753-5

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.  
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em [saude.gov.br/vacina-brasil](http://saude.gov.br/vacina-brasil)

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
06/08/19	14741	06/08/19	14818	31
Demonstrativo				
CC	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base
0801	Consumo até 30 kWh-ER	30,000	0,280400	8,41
0801	Consumo - 31 a 100 kWh-ER	70,000	0,460720	32,25
0801	Consumo - 101 a 220 kWh-ER	77,000	0,721090	55,52
0801	Adic. B. Vermelha			7,20
0810	Subsídio			47,53
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			15,00
0804	JUROS DE MORA 05/2019			3,26
0804	JUROS DE MORA 06/2019			2,39
0805	MULTA 05/2019			2,32
0805	MULTA 06/2019			2,24
0805	MULTA 07/2019			2,39
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/2019			1,89
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 06/2019			1,07
0806	Devolução Subsídio			-32,08
CC	Código de Classificação do Item	TOTAL		150,63
Tarifa / Tributos: Até 30 kWh 0,169120		Até 100 kWh 0,324220	Até 220 kWh 0,486320	

Média últimos meses (kWh) 181

**VENCIMENTO** 13/09/2019

**TOTAL A PAGAR** R\$ 150,63

Histórico de Consumo (kWh)											
158	172	212	189	218	158	178	173	179	179	182	179
Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Maio/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19

RESERVADO AO FISCO  
d64d.e2a4.6abe.342c.0c16.09dc.2994.ce6e.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
	Limites da ANEEL	Agrupado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,24	11,19	NOMINAL	Serviço de Dist. do Energisa/PB	25,67	17,17
DIC TRIMESTRAL	23,89			Compra de Energia	37,09	24,62
DIC ANUAL	47,79			Serviço de Transmissão	3,84	2,55
FIC MENSAL	7,74	4,00	CONTRATADA	Encargos Setoriais	3,83	2,55
FIC TRIMESTRAL	15,49			Impostos Diretos e Encargos	79,95	53,08
FIC ANUAL	30,98			Outros Serviços	0,00	0,00
DMC	9,38	5,32	LIMITE INFERIOR			
DICR	16,80		LIMITE SUPERIOR			
				<b>Total</b>	<b>150,63</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Rel. 7/2019) R\$ 35,49

**ATENÇÃO**

- Sua Unidade foi ratificada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 32,00.  
Reajuste Tarifário - Vigência: 28/08/19 - Res. ANEEL nº 2.585 - Alta Tensão - 4,40% Médio.  
Reajuste Tarifário - Vigência: 28/08/19 - Res. ANEEL nº 2.585 - Baixa Tensão - 4,23% Médio.

**Faturas em atraso**

**BANCO DO BRASIL** PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 02624.912008 05907.626179 4 80110000015063

PAGADOR: EDNALDO SOARES DA FONSECA - CPF/CNPJ: 272.812.969-56

SIT: MASSANGANA, S/N - AREA RURAL - CRUZ DO ESPIRITO SANTO / PB CEP: 55337000

Nosso Nr 26249120005907626 | Nr Documento 001734753201909 | Data de Vencimento 13/09/2019 | Valor do Documento 150,63 | Valor Pago



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

## LAUDO MÉDICO

**OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE nº 1189893**

**PACIENTE: EDINALDO SOARES DA FONSECA**

**DATA DE NASCIMENTO: 22.08.77**

**Data e Hora do Atendimento: 13.09.19**

**Horário: 16:53h**

**MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO:** Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente (colisão moto x carro) apresentando quadro de dor na mão direita, contusão na face medial da coxa direita. Atendido pelo Dr. Elivaldo Sales de Toledo CRM 1873, Dr. José Rogaciano Machado Couto CRM 9215.

**DIAGNÓSTICO INICIAL:** FERIMENTO DA COXA DIREITA + FRATURA DO 1º METACARPO DA MÃO DIREITA CID 10 S 62 2 e S 71 1

**RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):** Primeiro atendimento, avaliação da cirurgia geral, avaliação da traumatologia, Rx da coxa direita AP e Perfil, imobilização gessada com tala luva e encaminhamento para outro serviço conforme pactuação.

**ALTA HOSPITALAR:** Em 13.09.19 às 19:44h.

**Data da Emissão: 23.12.19**

DR. GLENDER TERCIO TRINDADE  
AUDITOR CUBAHEETSHL  
CRM - 3920

Dr. Glender Tércio G. G. da Trindade  
Médico Auditor - HETSHL  
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920

Laptop/igt

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar  
Para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO  
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.





## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME		EDINOLDO SACHS DA FONSECA				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE	42a	SEXO	M.	COR		CLÍNICA	
DATA DE ADMISSÃO	13/09/19	DATA DE ALTA	27/09/19	TEMPO DE PERMANÊNCIA			
DIAGNÓSTICO INICIAL						CID	
FRACTURA DO 1º METACARPO ①							
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO						562.0	
OUTROS DIAGNÓSTICOS							
PRINCIPAIS EXAMES						RADIOGRAFIA	
PROCEDIMENTO REALIZADO:						OSTEOSÍNTESE	
TERAPIA MEDICAMENTOSA						ANALGÉSICO	
ANATOMIA PATOLÓGICA							
INFECÇÃO F.O.						<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
RESULTADO BACTERIOLOGIA						COLETA DE MATERIAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
CONDIÇÕES DE ALTA						<input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> A PEDIDO <input type="checkbox"/> CURADO <input type="checkbox"/> ÓBITO	

**RESUMO CLÍNICO** (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)  
Paciente com fratura do 1º metacarpo direito, foi submetido ao procedimento cirúrgico. Paciente está em boas condições gerais, apresentando boa evolução com fratura consolidada no âmbito ortopédico.

**DIETA:** LIVRE  
**REPOUSO:** Relativo em casa por 10 dias.  
Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.  
Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 60 dias.  
**CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:** Lavá-la com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.  
**MEDICAÇÕES PARA CASA:** ANALGÉSICO + ANTIBIÓTICO

**RETORNO** Ao posto de saúde em 10 dias para retirada de pontos.  
Ao Ambulatório do ORTOPEDIA em 30 dias para revisão.  
DATA 27/09/19  
ASS. MÉDICO / CRM  
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar  
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



Buscar no site

A  
COMPANHIA

SEGURO  
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICAS

SALA DE  
IMPRENSA

TRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para parecer final de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3190670206 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EDINALDO SOARES DA FONSECA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO EDINALDO SOARES DA FONSECA



CPF/CNPJ: 2728128656

Posição em 14-01-2020 13:04:28

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será li  
Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
13/01/2020	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
11/12/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/AWRU6ugxQkuD75U6C10api_key=VPpHjzVJQ7d5jFt7Hy1naXvc2YMNlgEZrTUFU1QdIB4=)
04/12/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/+ISyrXamaOt3e4ZU7uEjgCapi_key=YRpHjzVJQ7d5jFt7Hy1naXvc2YMNlgEZrTUFU1QdIB4=)





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**Edinaldo Soares da Fonseca**, brasileiro, casado, Profissão: Operador de Maquinas, inscrito no RG sob o nº 283484421 SSP/PB e CPF de nº 272.812.868-56, residente e domiciliado na rua Massangana S/N, Área Rural – Cruz Do Espirito Santo/PB, Cep: 58337-000, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.055.146/0001-93, que poderá ser citada no Parque Sólon de Lucena, nº 641, Centro, CEP 58013-131, João Pessoa – PB, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

## **1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente está sendo representado em juízo por advogado particular, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido, nesse sentido brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

### **1.2 – DO FORO**

As vítimas de acidentes de trânsito agora podem optar por acionar judicialmente a seguradora para pedir a indenização do seguro Dpvat de acordo com a cidade em que for mais conveniente. Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a competência para decidir sobre o caso pode ser **DA JUSTIÇA DO LOCAL DO ACIDENTE, DA CIDADE ONDE MORA O REQUERENTE OU DE ONDE MORA O RÉU.**

A recentíssima Súmula 540 do STJ assenta que *"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*

**Ementa**  
**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL**  
**REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC.**  
**AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO**  
**OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR**  
**VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT.**  
**DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR**  
**NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Processo nº REsp 1357813**

## **2) DOS FATOS**

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **13/09/2019**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **Fratura do 1º Metacarpo da mão direita**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 2.362,50 em 13/01/2019, conforme documentação acostada.**

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

### **3) DO DIREITO**

#### **3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”.** (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

#### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**



Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, afim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso)**

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (destaque nosso).***

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização".**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### 4) DA POSTULAÇÃO

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

- a) ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b) ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente hoje a perícia médica, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c) **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;**
- d) a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.087,50.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 11 de Fevereiro de 2020.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/17.295**

**THIAGO OLIVEIRA SILVA**  
**ESTAGIÁRIO**



### QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

### ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

10





**Poder Judiciário da Paraíba**  
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**0809695-64.2020.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**CERTIDÃO**

Certifico que passo a fazer **CONCLUSÃO** dos presentes autos ao MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Dou fé.

João Pessoa-PB, em 13 de fevereiro de 2020

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS

Analista/Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0809695-64.2020.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual requerida.

Nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter ao Centro de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera.

Dessa forma, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPEMEC.

Intime-se e Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 13 de fevereiro de 2020.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
( )

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0809695-64.2020.8.15.2001**  
**CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

AUTOR: EDINALDO SOARES DA FONSECA  
**R É U : B R A D E S C O S E G U R O S S / A**  
**PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital, MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, CITAR a parte promovida, na pessoa do seu representante legal, por todo o conteúdo do presente processo eletrônico para, querendo, contestar no prazo de 15 dias. Ciente de que, deixando de contestar, será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 344, CPC).

**DESPACHO:** " Vistos, etc. Defiro a gratuidade processual requerida. Nos processos de DPVA ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter ao Centro de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera. Dessa forma, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPEMEC. Intime-se e Cumpra-se. Juiz de Direito".

JOÃO PESSOA, 20 de fevereiro de 2020

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: **20021311505312400000027251558**



## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado, citando banco Bradesco S/A , Id 28471734. Dou fé.

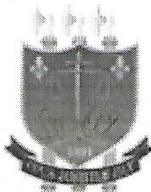
4 de março de 2020

TATIANA ALTIERI ARAUJO



9284

Successfully created



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**( )**

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0809695-64.2020.8.15.2001**  
**CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

**AUTOR: EDINALDO SOARES DA FONSECA**  
**RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A**  
**PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital, MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, CITAR a parte promovida, na pessoa do seu representante legal, por todo o conteúdo do presente processo eletrônico para, querendo, contestar no prazo de 15 dias. Ciente de que, deixando de contestar, será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 344, CPC).

**DESPACHO:** " Vistos, etc. Defiro a gratuidade processual requerida. Nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter ao Centro de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera. Dessa forma, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPEMEC. Intime-se e Cumpra-se. Juiz de Direito".

JOÃO PESSOA, 20 de fevereiro de 2020

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: **20021311505312400000027251558**



Assinado eletronicamente por: **SERGIO RICARDO COELHO MILANES**

**20/02/2020 12:44:44**

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **28471734**



20022012444415200000027452855

imprimir

**Rosimery Soares Costa**  
Assistente Operacional  
8337/Sucursal João Pessoa - PB

21/02/2020 10

